

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - ESCOLA DE GESTORES**

**INDISCIPLINA NA SALA DE AULA: UMA BREVE  
ANÁLISE**

**Aluna: Selma Maria de Mello de S. Freire**

**Orientador: Wilson João Marcionilio Alves**

**Curitiba, fevereiro de 2010.**

## INDISCIPLINA NA SALA DE AULA: UMA BREVE ANÁLISE

<sup>1</sup> Selma Maria de Mello de S. Freire

<sup>2</sup>Wilson João Marcionilio Alves

### RESUMO

O presente artigo intitulado indisciplina na sala de aula: uma breve análise é resultado de uma pesquisa bibliográfica e observações realizadas na prática educacional na Disciplina de Educação Física desde o ano de 1991, e acompanhamentos em conselhos de classe realizados na escola. O trabalho tem como objetivo principal aprofundar estudos e ampliar os conhecimentos acerca do tema, de forma que sirvam de subsídio para a compreensão dos educadores, e que, sobretudo, possam ajudar a estabelecer melhor relacionamento entre alunos e professores, amenizando assim, a indisciplina na sala de aula. A indisciplina é um dos principais problemas da escola nos dias de hoje, e se torna fonte de estresses e frustrações dos profissionais da área educacional, pois estes sentem dificuldades no desempenho de sua função. Desta forma, justifica-se a escolha do tema, pois se percebe que é de fundamental importância para os educadores, de modo que, encontrando possíveis saídas, lhes venham de encontro às suas necessidades. Inicialmente o trabalho discorre sobre o olhar histórico da indisciplina na sala de aula, e, segue com o conceito proposto por alguns autores. Discorrem-se ainda, sobre os fatores intrínsecos do próprio aluno, os modelos de práticas docentes incluindo a relação entre professores e alunos. Na sequência apresenta os dados levantados durante o projeto de intervenção, como: as características e possíveis causas da indisciplina, as consequências que podem estar trazendo ao aluno e ao professor, o que poderia ser feito para auxiliar na solução do problema, as possíveis ações e resultados esperados. E para concluir o trabalho descrevem-se em poucas linhas as considerações finais.

**Palavras-chave:** Indisciplina; professores; alunos.

### 1 INTRODUÇÃO

O Colégio Estadual Senador Atílio Fontana, está situado na periferia da Cidade de Toledo, e atualmente encontra-se com dificuldades em relação à

---

<sup>1</sup> Licenciada em Educação Física /Universidade Estadual de Londrina-PR, Pós-graduação em Educação Física Escola, pela Unioeste – Marechal Cândido Rondon e Pedagogia/Habilitação-Orientação Educacional - CETESOP- Professora/PDE 2009.

<sup>2</sup> Professor Orientador – Mestre em Educação (UFPR).

indisciplina na sala de aula. Neste artigo vou relatar observações feitas em minha prática como educadora na disciplina de Educação Física desde 1991, como pedagoga de 1994 até 2003, e, na direção - auxiliar gestão 2006 a 2008. Pretende-se buscar um embasamento teórico acerca do problema.

O conceito indisciplina não é simples, nem único e entende-se que os paradigmas de abordagem estão longe de serem consensuais.

A indisciplina é um dos principais problemas da escola nos dias atuais, tornando-se fonte de estresses e frustrações para os profissionais da educação, que sentem nas relações interpessoais em sala de aula dificuldades no processo ensino-aprendizagem. A indisciplina é sem dúvida perturbadora do ambiente escolar, sendo um dos grandes obstáculos à qualidade do ensino, pois assume hodiernamente várias expressões que prejudicam o bom andamento das aulas, como: atrasos no início da aula, atrasos após o recreio, arremesso de papéis uns nos outros, perguntas em tom de brincadeiras provocando risos e perturbação, alunos portando armas brancas, agressões verbais, palavras grosseiras, brigas, empurrões, xingamentos, ameaças, roubo, incivildades, violências moral, física, e contra o patrimônio público (vandalismo), discriminação, humilhação, pichações em carteiras e paredes, destruição de trabalhos dos colegas incluindo os de outras turmas em outros períodos, saídas constantes ao banheiro, desrespeito com professores etc. Estas foram às queixas e reclamações mais rotineiras dos professores neste período de observação. Esta heterogeneidade de práticas acima citadas pode ser compreendida como reveladora do mal-estar nos profissionais da educação e também nos alunos, deixando-os inseguros e perturbados emocionalmente.

Conforme relatos das observações ao longo desses anos, caracterizo a indisciplina como uma problemática na sala de aula e no interior da escola, não podendo ser analisada sem levar em consideração os diversos fatores externos e internos, que provocam a inquietação aflorada pelos professores e alunos tornando um mal-estar da escola e da sala de aula, com expressões indisciplinares de leve a grave. Não se trata de um problema recente, no entanto muito acentuado, nos dias de hoje.

É importante fazermos uma análise histórica ainda que muito breve – para compreender a realidade, o problema em toda sua dimensão. A pergunta que pode orientar esta análise é: o que mudou na escola nos últimos 30\40

anos? (VASCONCELOS, 1994, p. 22)

Nesta perspectiva pretendo com base em análise bibliográfica buscar subsídio para compreensão, e alternativas que possam ajudar a estabelecer um melhor relacionamento na sala de aula e no coletivo da escola.

## **2 INDISCIPLINA NA SALA DE AULA: UM OLHAR HISTÓRICO**

A indisciplina escolar, apesar de ser uma questão recorrente ao longo da História da Educação, tornou-se nos últimos tempos um assunto que preocupa professores, pais, enfim de um modo geral, todos aqueles que estão interessados nos problemas da educação. A prova da atualidade e relevância deste assunto são as várias bibliografias, artigos e teses sobre esta temática, que têm sido publicados nos últimos tempos.

A indisciplina escolar não é um comportamento estático que tem se mantido com as mesmas características ao longo da história. Ao contrário, está diferenciado sob vários aspectos, daquelas observadas em décadas anteriores, tem expressões variadas, às vezes violentas e até criativas, dificultando os educadores no processo de ensino-aprendizagem. Vivemos num contexto social de constantes mudanças, com a tecnologia de massa, computadores e internet, os jovens estão muito bem informados e exigentes, muitas vezes não valorizam tais conhecimentos, porque está a frente do conhecimento trabalhado pelo professor.

As práticas expressivas de natureza indisciplinar, apresentam mudanças, esse fator muitas vezes poderá gerar indisciplina, caso o professor não tiver atento. Não se pode ensinar hoje do mesmo modo que aprendemos. Hoje a escola é para todos, ou seja, inclusiva, e assim sendo, garantida por lei. Nestas duas últimas décadas do século XX, foram muitas as conquistas legais no campo dos direitos da criança e do adolescente. Podemos citar como exemplo a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8069/90), e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9394/96). Leis que complementam o atendimento, e que garantem os direitos de cidadania da criança e do adolescente no Brasil, que dão prioridade/primazia para a criança e o adolescente em relação ao adulto; garante os direitos à saúde, à vida, a alimentação, à educação, à cultura, ao

lazer..., tratam dos direitos, mas também dos deveres do Estado, da família, da sociedade para sua estruturação e aprovação, passam por discussões, reflexões, análises de vários segmentos da sociedade.

Percebemos, portanto, que o homem brasileiro, em sua trajetória histórica, aprendeu a construir suas leis, tendo como pano de fundo, sentimentos/impulsos altruístas, que vão tecendo na comunidade os movimentos sociais, pois, tudo que é direito da criança e do adolescente é dever dos adultos, mas nem sempre essa criança e adolescente é assistido pelas famílias.

Fazendo um paralelo da educação jesuítica no Brasil e da atual, percebemos uma mudança radical. O que era privilégio da elite, uma vez que somente filhos de brancos ricos chegavam a cursar faculdade, os menos desprovidos financeiramente estudavam em escolas técnicas para suprir as necessidades do mercado de trabalho daquela época. No entanto, a partir da Constituição de 1988, tornou-se obrigatoriedade a educação brasileira, que torna dever do estado e da família, especialmente o ensino fundamental. Sendo assim, a educação é direito da criança e do adolescente adquirido por lei.

No modelo de educação jesuítica, os valores eram de incumbência dos pais e professores, e, o não cumprimento dos mesmos, trazia conseqüências como punições e exclusões do sistema de ensino. Hoje, porém, cada indivíduo precisa ter suas particularidades respeitadas e a escola é mais responsável que a própria família pelo sucesso ou não, de cada educando. Ou seja, não importa como o aluno seja ele precisa e tem o direito à educação, e o estado e os pais têm o dever de mantê-lo na escola e dar-lhe a melhor educação possível.

Bem sabemos que a família sofreu profundas mudanças nas últimas décadas. Fala-se hoje, dentro da família, sobre temas polêmicos, mas, sobretudo, o poder absoluto findou os seus dias. Que bom se teríamos os pais do passado, senhores que mantinham a lei e a ordem. E mães super protetoras a esconder do pai, até ao limite, a indisciplina do filho, só chamando o marido em última instância. Seria talvez, a maneira pela qual haveria menos indisciplina nas escolas.

Hoje as famílias possuem perfis diferentes. As mães trabalham fora,

ficando pouco tempo em casa com seus filhos; aumentou os números de separações; morando na cidade possuem pouco vínculo com os familiares. De acordo com Tonon (2008) “A crise da família como instituição remonta justamente à década de 60, com a onda da libertação sexual e do movimento hippie”. O autoritarismo que imperava nas relações dentro de casa passou a dar lugar à liberdade na forma de criar os filhos. Neste mesmo texto<sup>3</sup> a terapeuta familiar Maria Tereza Maldonado, que estuda as relações dentro dos lares, acredita que essa revolta contra o autoritarismo causou resultados desastrosos nas famílias – efeitos que só começaram a ser percebidos recentemente “sem autoridade, é impossível transmitir os valores básicos do convívio, como respeito, consideração e generosidade”, explica.

Diante deste contexto percebe-se que o estudante que vêm de famílias organizadas e com razoável preparação cultural consegue avançar e ir para uma faculdade. Mas se a base familiar é desestruturada, são sérios candidatos à reprovação, indisciplina e evasão escolar, pois isto repercute na sala de aula, influenciando negativamente. A maioria dos professores ainda espera encontrar alunos de outrora, que se mantinham congelados em sala de aula, prontos para receber o conteúdo, querem ensinar como aprenderam, sendo que muitos têm uma visão burguesa, herança que trazem de uma pedagogia arcaica aos nossos dias, e querem excluir os menos favorecidos, observamos isso no dia a dia, na fala e expressões radicais de alguns professores. Nas escolas de hoje, não temos no regimento, sanção conforme o grau da indisciplina cometida, sendo que até não muito tempo atrás, o professor era o que sabia mais, o transmissor do conhecimento por excelência, o dono da lei, o aluno era subordinado recebia sanções muitas vezes arbitrária sem poder questionar. Podemos citar como exemplo, colocar o aluno em pé olhando para o quadro negro, fazer o aluno escrever uma folha de caderno ou mais, utilizava expressões como: “vou prestar atenção, não vou andar pela sala de aula”. Esta autora, quando na primeira série do ensino fundamental, no ano de 1972, foi vítima do sistema ao ser castigado por um professor que, durante a tomada da lição percebera que não tinha aprendido a lição. Assim, determinou que eu

---

3 A terapeuta Maria Tereza Maldonado, foi citada no texto Laços de Família de Rafael Tonon, da revista Vidas Simples – edição 72 - novembro/2008. A terapeuta é autora do livro Cá Entre Nós – Na intimidade das Famílias.

ajoelhasse em cima de grãos de milho. Não acatei tal ordem e resisti segurando na carteira. No primeiro vacilo do professor, fugi da sala de aula e não mais retornei à escola naquele ano. Penso que o professor ao tomar aquela decisão não o fez por ser mal e sim, porque o sistema era autoritário e apresentava a fragmentação no ensino-aprendizagem.

“Posto isso, não devemos nos apressar em tomar com orgulho o fato de vivermos outros tempos pedagógicos, pois o presente está longe de ser o humanismo que se pensa por oposição a um suposto passado selvagem” argumenta, (AQUINO, 1996, p. 29).

Assim, o objetivo não é retroceder, no entanto, temos que buscar alternativas pedagógicas que possa equilibrar a relação professor e aluno. Aquino acrescenta que:

Com a crescente democratização política do país e, em tese, a desmilitarização das relações sociais, uma nova geração se criou. Temos diante de nós um novo aluno, um sujeito histórico, mas, em certa medida, guardamos como padrão pedagógico a imagem daquele aluno submisso e temeroso. De mais a mais, ambos, professor e aluno, portavam papéis e perfis muito bem delineados: o primeiro, um general de papel; o segundo, um soldadinho de chumbo. É isto que devemos saudar? (AQUINO, 1996, p.43).

No dia-a-dia na escola os professores enxergam a indisciplina como manifestação da modernidade, e sentem saudade do tempo, que os professores mais velhos dizem que não davam margem à desobediência e inquietação dos alunos. Nessa época a democracia no interior das escolas era quase nula, o aluno não tinha direito de falar e muito menos de reivindicar qualquer situação que não concordava. A escola era totalmente de caráter conservador. Nos dias atuais, enquanto educadores comprometidos com a sociedade e com a educação buscam-se, caminhos para a efetivação de uma gestão democrática, que de fato acompanhe a realidade de nossos alunos.

Percebemos que há grande complexidade na interpretação das Leis diante da realidade dos alunos. Professores, diretores e até mesmo os pedagogos acreditam que crianças e adolescentes de hoje tem mais liberdade do que responsabilidade, e fazem críticas ao Estatuto da Criança e Adolescente - ECA.

Profissionais da Educação com visão elitizada esperam receber estudantes prontos, com o pré-requisito básico para aprender, tendo grande

impacto diante da modernidade. Precisamos sair do mundinho e buscar novos recursos, a inclusão de novos ambientes de aprendizagem esta a todo vapor, as TICs (Tecnologia de Informação e Comunicação), são uma ótima opção de estar potencializando o ensino nas escolas públicas.

Outra observação que nos preocupa é quando ouvimos alunos comentarem “vou à escola porque tenho namorada”, “porque todo mundo vai”, “porque meus pais me obrigam” e até mesmo “para vender drogas”, dentre outros razões. Enfim, uma complexidade de fatores que acabam dando margem à evasão escolar, diante das exigências da escola. Se o indivíduo permanecesse na escola e tivesse acesso ao conhecimento poderia ter uma formação mais sólida para o exercício da cidadania, mas a maioria desses alunos que apresentam esse perfil se evade da escola, tornando-se vítimas da exclusão social; “deste ponto de vista sócio-histórico, a indisciplina passaria, então, a ser força legítima de resistência e produção de novos significados e funções, ainda insuspeitos, à instituição escolar”. (AQUINO, 1996, p. 45).

## **2.1 Indisciplina na Visão de alguns autores**

Segundo o Dicionário Aurélio (2009) na perspectiva do trabalho, **Disciplinar** é o “regime de ordem imposta ou livremente consentida, que convém ao funcionamento regular de uma organização, a observância de preceitos ou normas, submissão a um regulamento e, ainda, relações de subordinação do aluno ao mestre ou ao instrutor”.

**Indisciplina**, segundo o mesmo dicionário, é o “procedimento, ato ou dito contrário à disciplina; desobediência; desordem; rebelião”. Nesta perspectiva, disciplinado é aquele que acata as ordens sem questionar, quem é submisso, obediente e acomodado. O indisciplinado é aquele que não acata as regras, quem não se submete e não se acomoda, visto pelos educadores como dificuldades de enquadramento às normas de comportamento esperado do aluno. A disciplina no âmbito pedagógico é vista como um pré-requisito em prol do sucesso do ensino-aprendizagem, haja vista ser um objeto de trabalho a ser alcançado pela família e escola. A indisciplina neste contexto é vista como manifestação de comportamento inadequado às normas de convivência, com expressão de desrespeito com alunos, professores e demais funcionários, não



de uma gestão democrática, construção coletiva do Projeto Político Pedagógico e regimento escolar, voltado aos objetivos e finalidades, do tipo de cidadão que se pretende formar e, levando em consideração a realidade da comunidade escolar.

Vale destacar também a hipótese de que a escola pode estar mal aparelhada para poder lidar com certos fatos isolados, como por exemplo, "alunos indisciplinados", e também poderá estar tendo que lidar com certas expressões coletivizadas de indisciplina. A escola, em geral, os professores deverão ver estas indisciplinas no contexto próprio dos anos atuais de acordo com suas singularidades e particularidades. Pois estas requerem encaminhamentos diferenciados, "já que os métodos tradicionais podem ser caracterizados pela intenção de exercer controle sobre o comportamento e a conduta do estudante, mesmo que estejam consagrados ou simplesmente introjetados no cotidiano da escola, em especial no ensino médio, fase em que estão aprendendo a criticar e contestar. (GARCIA, 1999, p. 103)

Nesta perspectiva, percebe-se que, as escolas públicas, estão inadequadas. As estruturas físicas em péssimas condições, espaço para atividades físicas precário, sem conforto, pinturas antigas, tornando um ambiente sem motivação e sem conforto provocando uma sensação de descaso. Na relação professor e aluno observa-se que dependendo da maneira que os educadores se colocam frente aos alunos e interagem em relação à indisciplina, pode reforçar ou até mesmo gerar mais indisciplina. Educadores, pais e alunos devem refletir sobre a problemática, a partir dos mais variados enfoques e, por isso, cada um certamente vai apresentar perspectivas diferentes, conforme sua vivência e influência tradicional ao longo da vida. A indisciplina do aluno pode ser conseqüência de diversas situações e cada uma tem suas razões de existir, "não há uma ação sem reação" (TIBA, 1996), e devem ser sempre revistas pelos educadores de forma particular, cada ser humano é único e irrepetível. Admitimos que a indisciplina na sala de aula também poderá surgir se os alunos, ao reconhecerem as relações de poder professor e alunos, identificarem formas correspondentes a sua fragilidade, a situações de enfraquecimento gerando a perda do controle da situação.

Para um exercício equilibrado de autoridade cabe ao professor reconhecer que modelo de autoridade possui o aluno, pois alunos de meios desfavorecidos tendem a representá-la pelo controle e a imposição ao passo que os alunos de classe média, as ordens

estabelecidas em seu meio são legitimadas e o controle feito pela persuasão. (ESTRELA, 2002, p. 74).

É nesse território que devemos atuar como formadores de opinião, pois as relações se constroem entre os diversos sujeitos que interagem na escola. Cabe-nos reafirmar nossa humanidade e a de nossos alunos, agir para que a escola se contraponha de fato a indisciplina, com medidas educativas que construam valores, não é uma tarefa fácil, mas não impossível.

Percebe-se que muitos professores são inseguros com, medo de estarem infringindo a Lei nº 8.069 de 13/07/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), porém, nós educadores temos que argumentar e esclarecer aos alunos que "cada direito corresponde a um dever". Temos que problematizar situações reais, para que incorporem tais conhecimentos e pratiquem no seu dia a dia, mas para isso precisamos ser conhecedores dessas leis. Vale ressaltar que a sociedade sabe da existência das leis, mas por falta de conhecer interpretam erradamente.

Denomina de variáveis externas e internas: as primeiras dizem respeito à influência hoje exercida pelos meios de comunicação, a violência social e o ambiente familiar; as seguintes encontradas no interior da escola, referem-se ao próprio ambiente escolar, as condições de ensino-aprendizagem aos modos de relacionamento humano, o perfil dos alunos. (GARCIA, 1999, p. 104).

Analisando os estudos aqui realizados podemos verificar que as justificativas dadas para o surgimento e proliferação das diversas manifestações de indisciplina/violência nas escolas aparecem atreladas a fatores internos e externos.

Nos fatores externos as causas sócio-econômicas parecem preponderar, pois, a exclusão social é sentida mais comumente nas classes baixas que estudam na escola pública. A violência da sociedade, o crescimento do tempo livre e a falta de perspectiva de futuro para a maioria dos jovens podem ser considerados como agravantes da indisciplina/violência nas escolas. De forma mais geral, isso acontece porque os jovens sentem-se excluídos, ou seja, socialmente inúteis.

A existência de traficantes na redondeza das escolas poderia ser considerada também uma das justificativas em virtude de acarretar em

aumento de alunos drogados e o tráfico nos estabelecimentos de ensino. A desestruturação familiar e a influência da mídia, que mostra programas e filmes de violência exagerando na exposição de notícias sobre o crime são elementos que podem propiciar a violência entre jovens. Como diz Madeira (2004, p. 11), “A literatura, sobretudo a internacional, está farta de exemplos de situações que mostram que atos de criminalidade praticados por adolescentes e muito veiculados pela mídia são especialmente propícios para gerar representações sociais que criam ou fortalecem um clima de pânico social”.

Nota-se hoje o descompromisso causado pelo sentimento individual de apatia em relação à vida social, na ausência de utopias e perda do sentido de viver, bem como a falta de solidariedade e ausência de parâmetros definidos sobre o que é certo e errado.

Ao fazer referência aos fatores internos é possível que estes estejam atrelados ao surgimento e/ou disseminação da indisciplina/violência nas escolas desencadeada pela deficiência na relação entre os profissionais da educação/alunos/comunidade. Alguns professores não conseguem lidar com alunos de camadas sociais diferentes, no que se refere à preparação das aulas e às freqüentes faltas cometidas por eles, deixando-o sem aulas, colocando-os para fora da sala. Outro fator que interfere negativamente é o distanciamento entre os conteúdos curriculares e a vida cotidiana, uma vez que, os alunos reivindicam aulas mais dinâmicas e voltadas às tecnologias da atualidade. Nota-se que alguns professores utilizam do poder de diminuir notas para prender a atenção dos alunos, impondo, assim disciplina.

Considera-se que a escola, (...) ao instituir um sistema de notas e avaliações que concentra um grande poder nos professores, muitas vezes utilizado como forma de coação sobre os alunos, pode estar contribuindo para produção e reprodução de atos violentos. O ‘fracasso’ nas avaliações alimenta sentimentos de injustiça e práticas de auto-afirmação muitas vezes ancorada em forma de resistência violenta e frontal. (LEÃO, 2000 apud WAISELFISZ e MACIEL, 2004).

Dessa forma podemos analisar as mudanças que ocorreram no âmbito escolar como uma violência que tem se deslocado do plano da indisciplina escolar, passando posteriormente, a ser vista, como fatos da delinquência

juvenil e recentemente, como consequência da exclusão social, acentuada pelo processo de globalização das sociedades. O agravamento da indisciplina escolar, a partir da década de 1990, passa a ser considerado, decisivamente, uma questão de segurança.

A partir das análises realizadas a indisciplina/violência pode ser explicada a partir de três enfoques teórico-explicativos: estrutural, individual e institucional, onde o enfoque estrutural vê a problemática decorrente de um desdobramento natural de uma crise estrutural mais ampla na sociedade. E para ser possível solucionar o problema da indisciplina/violência escolar, seria necessário antes fazê-lo num todo. O enfoque individual está atrelado aos aspectos biológicos, hereditários e de personalidade dos agressores e os atributos dos mesmos são: impulsividade, inabilidade em lidar com o outro e de aprender com a própria experiência de vida, ausência de culpa ou remorso por seus atos, insensibilidade à dor dos outros e transgressões. O enfoque institucional verifica o que aconteceu no âmbito escolar ou deixou de acontecer de modo a favorecer que determinado fenômeno social nele se reproduza, ou seja, é preciso atentar para o que é que mudou, ou não mudou, no contexto pedagógico das escolas para comportar atos de indisciplina/violência antes inimagináveis.

A nossa realidade hoje é que nossos alunos passam a maior parte do tempo assistindo televisão, “passivo” e sua educação e influências por ela adquiridas, eles chegam à escola com dificuldade de adaptação e, principalmente, de respeitar regras de convivência e limites.

Nesse sentido, “a sociedade praticamente não ensina, somente sinaliza as regras a serem obedecidas na esperança de que cada cidadão tenha suficiente preparo (familiar e escolar) para viver nelas”. (TIBA, 1996, p. 150).

## **2.2 Fatores intrínsecos ao próprio aluno**

Dentre tantos aspectos citados não se pode deixar de comentar as possíveis causas do comportamento indisciplinado dos alunos, dentre eles os de natureza psicológica.

Nota-se que diante de muitos alunos indisciplinados esconde-se um

distúrbio psicológico. São vários casos de alunos que frequentam sala de recursos, sala de apoio que apresentam laudo médico com distúrbios de comportamento e de déficit de atenção. Ligado ao primeiro distúrbio está, entre outros, a hiperatividade e dificuldade de concentração. Além desses distúrbios também surgem outras variáveis ligadas ao próprio indivíduo, o autoconceito, o desinteresse e o insucesso escolar. Dada a especificidade de cada um dos distúrbios, não é propósito deste trabalho uma abordagem detalhada de cada um. Referimos apenas que, em relação aos distúrbios de hiperatividade, os sinais mais frequentes observados no dia a dia na sala de aula são a movimentação excessiva dos pés e das mãos; o levantar-se com frequência, erguer a carteira no colo, dificuldade de concentração e desinteresse.

### **2.3 Modelos de práticas docentes**

Segundo Molino Neto (1998) os modelos de práticas docentes são práticas de conteúdo, práticas criativas, práticas reflexivo-emancipatórias e práticas disciplinadoras. Dessa forma podemos conceituá-las da seguinte forma:

A PRÁTICA DE CONTEÚDO – é aquela onde o professorado, com os meios materiais de que dispõe, e de acordo com suas preferências pessoais, programa os conteúdos possíveis, e os desenvolve usando estratégias convencionais. Sua preocupação está centrada em desenvolver o conteúdo programado e que os alunos o aprendam; envolve-se pouco na integração de sua disciplina com o projeto pedagógico da escola.

A PRÁTICA CRIATIVA – também não causa contratempos ao sistema educativo. Diante das circunstâncias adversas e dos desafios que lhe impõem na escola, sem amparo institucional, busca ajuda em colegas mais experientes e propõe alternativas criativas para atender às necessidades dos alunos e os objetivos da escola. É uma prática de elevado valor pessoal e docente, mas limitada por desconsiderar o questionamento das razões e os porquês da imposição destas condições e destes desafios. O professor dá aulas e, inclusive, colabora com outras atividades dentro da rotina da escola. É uma prática docente com elevado grau de compromisso e interação com os alunos, e se caracteriza principalmente pelo ativismo. Além de conhecimentos

específicos, desenvolve, sobretudo, um conhecimento do como fazer, como solucionar os problemas de ensino que são propostos a ele.

A PRÁTICA DISCIPLINADORA – Desenvolvida com mais frequência no ensino primário. Caracteriza-se pelo exercício da autoridade institucional sobre os alunos, controlando as formas e a circulação dos alunos na escola. É uma prática que busca educar as atitudes, os valores e comportamentos do aluno através da disciplina corporal. Tem forte compromisso com a escola e em como socializar os alunos para a adaptação e aceitação das normas institucionais. Está em plena contradição com os desejos de democratização. Tem pouca interação com os alunos e desenvolve um conhecimento do controle e do manejo de grupo, tendo inclusive a pretensão de controlar os hábitos de postura corporal dos alunos.

A PRÁTICA REFLEXIVA – é uma prática onde o professorado questiona o seu papel e o de sua disciplina na escola. Usam sua especificidade e sua relação com o aluno para propor questões sobre a experiência vivida por ambos, seus limites e as possibilidades de intervenção. Busca, sobretudo, a integração com o conjunto das práticas educativas do currículo. Aprofunda sua crítica ao sistema educativo e seus efeitos concretos sobre as diferentes parcelas da comunidade escolar, convertendo-se em um incômodo para grandes parcelas da administração da escola e do sistema educativo. Também é uma prática que tem elevado grau de compromisso e integração com os alunos, mas que, sobretudo, caracteriza-se pela reflexão de sua ação prática.

Este modelo mostra as diferenças de entendimento entre teoria e prática, no ensino-aprendizagem. O professor não é um mero repassador, transmissor do conhecimento, cada um possui suas especificidades e concepções, que relacionam o domínio do conhecimento científico, com o conhecimento histórico de cada aluno, daí buscar estratégias e metodologias de acordo com o conteúdo a ser trabalhado.

Segundo Gómez (1992) O profissional da educação, deverá ter um perfil de: investigador, instigador, pesquisador, ter competência técnica e pedagógica, mas para isso precisa ser pesquisador para construir e adquirir sua própria identidade, relacionando sua teoria e prática, para uma contribuição original no processo pedagógico.

## 2.4 Relação Professor e Alunos

De modo geral, o professor é um elemento moderador da atividade didática nas situações educativas devendo cuidar para que cada um assuma sua função específica no processo global da educação e da aprendizagem. “Somente a distribuição de responsabilidades e a valorização de todos os indivíduos envolvidos tornarão o processo da educação um elemento valioso para a realização humana de todos (professores e alunos)”.

Conforme Hurtado (1988, p. 78), “O relacionamento professor e aluno é recíproca, quando a relação é harmoniosa ambos se beneficiam”. O professor com sua formação acadêmica, e atuando na escola como instituição formal está permeada de valores éticos, religiosos, lógicos, morais, estéticos, políticos, etc., sendo mais experiente, exercerá influências consideráveis na formação da personalidade do educando no ato de educar e relacionar-se.

Assim, o professor deve ter algumas características, que de acordo com: Hurtado (1988) são:

- a) O professor deve procurar adaptar conforme as características dos alunos e da turma, usar sua inteligência emocional e prática, interagindo e contextualizado o conhecimento a realidade, buscando atingir seus objetivos no ensino-aprendizagem.
- b) Manter a boa relação com os alunos, a fim de criar laços afetivos, tornando o ambiente da sala de aula um local de bem-estar, para que todos sintam a vontade na presença e nas situações educativas.
- c) Prepara atividades interessantes, para provocar interesse e motivação.
- d) Transmitir segurança nas atividades educativas, energizando-os a buscar o conhecimento através de pesquisas, corrigindo-os nas falhas, a fim de superar suas dificuldades.
- e) Colocar os alunos em situações desafiadoras para que eles interessem pela aprendizagem e sintam confiante no seu potencial de apreender. Isso só ocorrerá se tiver um ambiente de liberdade, sinceridade e responsabilidade,

que cabe ao professor zelar por ele.

f) O professor deve buscar o aperfeiçoamento, estudar as características dos alunos, principalmente daquele que apresenta dificuldades de adaptação e aprendizagem, para que encontre a melhor maneira de trabalhar com eles.

g) Não aderir a todo o modismo educacional, mas manter uma postura crítica construtiva, analisar, refletir a proposta mais pertinente aos objetivos que pretendem atingir com aquela comunidade escolar.

Uma das maiores virtudes do professor deve ser a prudência, uma forma de sabedoria que provém da madura reflexão e compreensão da responsabilidade que tem perante a própria personalidade da criança e do adolescente, perante a família, perante os sistemas educacionais e a sociedade.

Segundo Freire (1996, p. 51), “Não posso saber se minha leitura do mundo está correta a não ser que a compare com a leitura do mundo de outras pessoas”. Nesse sentido o diálogo é uma estratégia da verdade, que busca o consenso da verdade.

O mesmo autor ainda nos diz que: “Ninguém vive plenamente a democracia nem tampouco a ajuda a crescer, primeiro, se é interdito no seu direito de falar, de ter voz, de fazer o seu discurso crítico; segundo, se não se engaja, de uma ou de outra forma, na briga em defesas deste direito que, no fundo, é o direito também a atuar”. (FREIRE, 1993, p. 57)

Para Paulo Freire, a comunicação é um ato de reflexão-ação, num relacionar um com o outro, compartilhando conhecimento, na busca de superação e transformação de novos conceitos.

Daí a necessidade da escola buscar uma gestão democrática, com participação coletiva, para as tomadas de decisão, para a efetivação das ações pertinentes aos objetivos reais.

É preciso e até urgente que a escola se vá tornando um espaço acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por puro favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte, contudo, o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade. (FREIRE, 1993, p. 89).



Estimular a reflexão, através de atividades com questões discursivas, seminários de exposição de idéias, promovendo uma educação transformadora.

A dialogicidade não nega a validade de momentos explicativos, narrativos em que o professor expõe o objeto ou fala dele. O fundamental é que o professor e alunos saibam que a postura deles, do professor e dos alunos, é dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassiva, enquanto fala ou enquanto escuta. O que importa é que professor e alunos se assumam epistemologicamente curiosos. (FREIRE, 1996, p. 96).

O mesmo autor atenta que: “A dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos”.

Analisando e refletindo o acima posto percebemos que o educador o qual se entrega aos procedimentos autoritários ou paternalistas que impedem ou dificultam o exercício da curiosidade do educando, termina por igualmente tolher sua própria curiosidade. “Nenhuma curiosidade se sustenta eticamente no exercício da negação da outra curiosidade”. (FREIRE, 1996, p. 94). Assim entendemos que a prática crítica promove a emancipação de um apreender autêntico e emancipatório.

Para um bom professor, é importante estar atento para que os alunos não o dominem, façam-no de bobo ou identifiquem suas regiões de ignorância. Mas, se o mesmo professor é também um pesquisador ou um teórico sobre os problemas da relação professor/aluno, e costuma advogar pelas causas do grupo “oprimido” nela, vai apresentar outro discurso e descrever por outro ângulo as atribuições de conduta do alunato; provavelmente destacará mais o quanto este grupo está submetido aos desmantelamentos do professor. (AQUINO, 1996, p. 70).

Nesse sentido, ressalta: “Quando o professor experimenta a ambigüidade do seu lugar, ele consegue juntamente com seus alunos, administrar a violência intrínseca ao seu papel”. (AQUINO, 1996, p. 78). Isso não significa que a paz reinará na escola, mas que alunos e professores, por força das circunstâncias, serão obrigados a se ajustar e a formular regras

comuns - os limites de tolerância. Portanto, nem autoritarismo e nem abandono. O professor ocupa o seu lugar limitador, mas ele também abre brechas que permitirão ao aluno negociar e viver com mais intensidade uma relação mais humana.

Na relação professor e alunos a afetividade e sensibilidade precisa estar presente nos momentos de diálogo, professor deve colocar-se no lugar do aluno, se mostrar interessado pelas suas dificuldades, planejar práticas pedagógicas que correspondem às características dos alunos e da turma ou classe, fazer das suas aulas momentos significativos para os alunos, com atividades criativas e inovadoras, não ficar preso somente no livro didático, para que a rotina não se estale no seu dia a dia.

As regras de boa convivência, não podem ser injustas e nem impostas com autoritarismo, em benefício de poucos, mas devem ser justas, procurando sempre o benefício de todos. Quando alguém aplica a disciplina ou regras, terá que esclarecer o seu benefício, sua importância em prol de todos, ou seja, toda ordem traz em si determinadas restrições, limites e obrigações.

Quando uma decisão é tomada em clima de respeito mútuo, os educandos ficam mais abertos para ouvir, refletir e aderir, podendo assim, dentro de um clima favorável construir intrinsecamente valores morais e éticos que não serão facilmente desfeitos por influências externas, alheia a tais padrões. Quando a disciplina é estabelecida de maneira apropriada e amorosa, ela passa a servir de ajuda no processo de socialização desses valores, ensinando-os a sentir-se bem consigo mesmo, respeitando e sendo respeitados, provendo assim um clima de segurança, bem estar e liberdade.

A escola deveria trabalhar a disciplina, e não a indisciplina, para criar uma cultura de transformação progressiva, no sentido de caminhar rumo a uma maturidade, para o bem comum. Se a escola enquanto instituição de poder, pautar seu trabalho no sentido da significação e valorização da disciplina no interior da escola, com certeza provocará mudança social como um todo. "(...) nenhuma grande transformação social acontecerá apenas a partir da escola. Porém, também é uma grande verdade afirmar que nenhuma mudança social se fará sem a escola (...)". (D'ANTORA, 1989, p.16-17). Nesse sentido fica claro o papel da escola no processo de mudança social.

Nessa perspectiva o mesmo autor, propõe um trabalho focado na realidade social de forma participativa, envolvendo tudo o que faz parte do processo diretamente ou indiretamente, através de uma relação dialética, que vale à pena discorrer:

Quais seriam as estratégias capazes de favorecer, incentivar e garantir esta proposta de disciplina participativa?

1º – sensibilização dos integrantes do processo para a necessidade de estruturar a disciplina que surgirá naturalmente do trabalho de Planejamento Participativo;

2º – conscientização e motivação da comunidade para a necessidade de desenvolver uma sistemática disciplinar;

3º – habilitação do grupo para assumir funções específicas internas;

4º – avaliação contínua e constante das decisões tomadas, constando falhas, propondo medidas para corrigir distorções e atualizar procedimentos disciplinares;

5º – realimentação do processo, auxiliando a comunidade a incorporar novos elementos à sua realidade, sensibilizando-a para novas necessidades e problemas.

A partir do conjunto integrado de todas essas atividades, instala-se a força política da disciplina participativa que repercute diretamente na disciplina de cada um de seus integrantes, considerados co-participativos do processo. (D'ANTORA, 1989, p. 25)

Essa proposta apresentada por D'Antora (1989) proporciona a participação efetiva da comunidade escolar, através de uma prática democrática, dialética, com discussões e divergências objetivando buscar um senso comum, para o bem comum. A liberdade de expressão com responsabilidade e criticidade fortalecerá o compromisso na atuação dos alunos no compromisso e nas atitudes no dia a dia escolar.

A disciplina nesta perspectiva tenciona, criar estratégias de reorganização pedagógica de forma eficiente, que superem o interior da escola, e transborda para a comunidade, efetivando assim, uma cultura legítima de disciplina e valor da escola como um local de construção do conhecimento.

Em síntese, podemos dizer que a disciplina pode ser um dos mecanismos que colaboram para melhor organização escolar e, em consequência, para a apropriação do saber, agindo como um dos elementos de transformação que propiciará ao sujeito maior autonomia, liberdade e senso crítico. Assim fazendo, estará, de forma muito pequena, mas estará provocando um princípio de modificação também na sociedade, já que sociedade e escola estão em contínua interação. (D'ANTORA, 1989, p. 37).

Dessa forma, o professor precisa se mostrar disciplinado, pois ele é o modelo mais próximo dos alunos, como por exemplo: estudar o regimento com os alunos, ou elaborar normas de convivência no coletivo, e ele próprio não cumpri-las fará com que ele perca a credibilidade perante seus alunos. Não estamos falando somente da disciplina organizacional de cumprir regras, mas no sentido de exercício intelectual, disciplina no cumprimento dos deveres da escola, no horário de estudar entre outros, enfim disciplina para o crescimento intelectual, social moral e cultural.

A disciplina é essencial para a vida no coletivo e os indivíduos podem expressar-se na maneira de ser, agir, proceder, relacionar e participar, haja vista que a ela está vinculada ao comportamento. Isso vai acontecendo de forma progressiva ao desenvolvimento de sua conduta física e moral, ganhando equilíbrio emocional, na relação harmoniosa dentro da escola, na família e na sociedade.

Quando o ambiente escolar é desvinculado, alheio ao ambiente da criança ou adolescente, cujos valores, hábitos e atitudes não têm relação aos da escola, ocorre o conflito de valores. Manifestam-se então condutas de agressividade e rebeldia revelando o seu desajustamento ao ambiente escolar porque não conhecem os princípios de ordem, limites e de organização. Muitas vezes os alunos acabam desistindo da escola e fazendo outras opções, mesmo que elas sejam sofridas, pois, não se sentem acolhidos.

O processo de adaptação dos alunos à escola, e conseqüentemente suas chances de sucesso, dependem da forma como as crianças lidam com o modelo proposto pelo professor: se o compreendem e o aceitam, se o compreendem e o rejeitam, se o compreendem, mas o modificam em parte, ou se não o compreendem, porque esse não está claro.

(AQUINO, 1999, p.128).

Nesse sentido o professor precisa ter clareza nas suas atitudes para que os alunos o compreendam bem, adotando uma linha de trabalho em que acredita, bem como, valores que consideram corretos e sejam significativos para eles. Da mesma forma deve adotar conteúdos que são os conhecimentos que levam para a vida e determinada postura que favorece a harmonia em sala

de aula.

É preciso destacar, no entanto, que este clima de abertura pressupõe o diálogo, a criação de situações de autonomia e de livre iniciativa além de uma metodologia que proporcione o autocontrole e a auto-avaliação. O professor precisa interagir na gestão da sala de aula de forma que crie um ambiente favorável e de confiança para que as regras que estabelece identifiquem os comportamentos indesejáveis pelos alunos, no sentido de responsabilizá-los e de levá-los a desenvolver a autodisciplina.

Neste enfoque, há necessidade do professor intervir nas relações que desmerece os colegas, bem como as expressões de discriminação e atitudes que expõe o aluno ao público. Através dessas práticas o professor vai tecendo o viés na construção de laços de confiança, e apatia na relação professor e aluno. Os alunos gostam de professores que os ajudam, que valorizam o mínimo produzido, que otimizem que os encorajem a superar suas dificuldades, por si só, com seus próprios esforços, que instiguem a serem determinados imaginativos e criativos para o crescimento intelectual e pessoal sendo flexível nos seus resultados avaliativos, buscando sempre a superação. Atualmente os alunos gostam de aulas dinâmicas, e que permitam a abertura para o diálogo. Além disso, preferem professores atualizados nos assuntos do dia a dia, que sejam carinhosos, bem humorados, compreensivos, firmes e justos.

Dessa forma compreende-se que o professor deve utilizar estratégias que valorizem o educando, e que saiba se colocar em seu lugar tratando a todos com igualdade, favorecendo um ambiente harmônico para que as práticas e experiências pedagógicas do ensino-aprendizagem sejam realmente enriquecedoras. É preciso, ainda, evitar confrontos desnecessários, sendo mais tolerante, enfatizando os aspectos positivos do comportamento e da aprendizagem dos alunos, encorajando os seus progressos e fomentando uma expectativa de autoconfiança através de respostas de aprovação e de elogios, bem como, de repreender os alunos em particular e apenas quando tal atitude é efetivamente necessária.

A afetividade deve ser manifestada de forma igualitária, sem comprometer o exercício ético da autoridade do professor. “Não posso condicionar a avaliação do trabalho escolar de um aluno ao maior ou menor bem querer que tenha por ele”. (FREIRE, 1996, p. 160).

É preciso, por outro lado, “re-insistir em que não se pense que a prática educativa vivida com afetividade e alegria, prescindida da formação científica séria e da clareza política dos educadores ou educadoras.” (FREIRE, 1996, p. 161).

A afetividade é a manifestação de aceitação do outro e está relacionada ao respeito, ao amor, ao carinho. Esta relação é como uma semente saudável plantada no interior da escola.

Coaduna-se com essa reflexão: “ninguém vive plenamente a democracia nem tampouco a ajuda a crescer, primeiro, se é interdito no seu direito de falar, de ter voz, de fazer o seu discurso crítico; segundo, se não se engaja, de uma ou de outra forma, na briga em defesa deste direito que, no fundo, é o direito também a atuar” (FREIRE 1993, p.57).

E, “como educadoras e educadores, somos políticos, fazemos política ao fazer educação. E se sonhamos com a democracia, que lutemos, dia e noite, por uma escola em que falamos aos e com os educandos para que, ouvindo-os, possamos por eles ser ouvidos também”. (FREIRE, 1993, p. 92).

A comunicação em Paulo Freire é um ato de reflexão-ação eu X outro X mundo, e nessa experiência pela relação social do conhecimento contextualização, ocorre o processo de transformação do eu/ do outro / e do mundo.

“A dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos”. (FREIRE, 1996, p. 67).

Sabemos que educar é um grande desafio e não tem receita pronta. Comportamentos de agressividade e indisciplina não podem ser papeis exclusivamente da família, haja vista que os alunos passam bom tempo na escola. A escola pode e é dever dela contribuir desenvolvendo atividades além do desenvolvimento cognitivo, como o de trabalhar a inteligência emocional, fazendo que os educandos exercitem e administrem suas emoções.

As crianças vêm para a escola trazendo junto um rol histórico de experiências vividas, internas e externas, negativas ou positivas, às vezes

traumáticas, que influenciarão no seu desenvolvimento emocional e na maneira de relacionar e resolver os conflitos nas relações sociais. Nesse sentido, é fundamental que a escola contemple na proposta pedagógica, enfoque à formação emocional positiva, transmitindo segurança, respeito às individualidades e ajuda mútua.

Em cada um dos aspectos complexos da vida psíquica, quer se trate da inteligência ou da vida afetiva, das relações sociais ou da atividade, propriamente individual, observa-se o aparecimento de formas de organizações novas, que contemplam as construções esboçadas no decorrer do período precedente, assegurando-lhes um equilíbrio mais estável e que também inauguram uma série ininterrupta de novas construções. (PIAGET, 1967, p.42).

A estabilidade e equilíbrio emocional é resultado de construções de vivências próprias positivas tanto na família, na escola e na sociedade.

As experiências que temos no início de nossa vida são consideradas decisivas para nosso desenvolvimento emocional, várias mudanças comportamentais ocorrem com a interação do organismo com os estímulos do ambiente. As experiências tidas pelo aluno, na família e na escola, são fundamentais para sua estruturação emocional, portanto precisamos de um conjunto de dados que não se referem apenas às formas mais eficientes de facilitar o crescimento acadêmico do aluno, mas informações na área da facilitação de seu crescimento emocional frente às situações e figuras importantes para um relacionamento seguro.

Entre sete e 11 anos, o tempo de vida social da criança se divide entre a escola e o seu grupo de amigos. As características do comportamento da criança são nessa época de oposição às idéias dos pais 'espírito de contradição' e de lealdade ao grupo. Quando esse 'espírito de contradição' é muito forte, ou a lealdade do grupo é uma completa sujeição às idéias dos demais membros, a criança pode tornar-se um delinquente (DORIN, 1973, p. 200).

A criança nesta idade, ao se identificar com um grupo ou um círculo de amizade, precisa ser acompanhada pelos pais ou responsáveis, pois as idéias, atitudes influenciarão significativamente na sua maneira de se comportar e agir "A criança de 7 a 11 anos acha que a amizade se baseia na confiança

recíproca". (BEE, 1996, p. 460).

"A aprendizagem exerce papel fundamental no desenvolvimento emocional da criança, pois as emoções agressivas se modificam em função da maturidade e da aprendizagem, portanto os educadores podem guiar os alunos a terem reações mais controladas". (DORIN, 1973, p. 83).

"A ocorrência da agressão sempre pressupõe frustração. É comum as pessoas manifestarem agressividade através de ações, palavras e tom de voz quando frustradas". (MILLER, *apud* BARROS, 1995, p. 153). As pessoas apresentam reações diferentes frente às frustrações e descontentamentos.

A agressividade é originada principalmente das experiências que o agressor obteve sucesso num aprendizado vinculado a fatores externos de um fato. Como por exemplo, em um jogo, quando o professor age de forma agressiva, com palavrões, ele estimula os jogadores a terem as mesmas atitudes demonstradas por ele.

"Pessoas frustradas, entretanto, nem sempre respondem com pensamentos, palavras ou atos agressivos. Podem, na verdade, formar uma ampla variedade de reações, indo desde a resignação, depressão e desespero, até a tentativa de superar a fonte da frustração". (KAPLAN 1993, p. 124).

É papel da família e da escola, preparar as crianças e adolescentes a pensar antes de reagir frente às ameaças, "agressividade gera agressividade", nessa perspectiva é preciso responsabilizá-los pelos seus atos assumindo as consequências que desencadearam pelo fato.

Quando a criança vem de um ambiente menos rude, com uma rotina diária tranquila terá maiores condições de lidar com seus sentimentos. As experiências externas à escola devem ser consideradas pelo professor, como experiências significativas, tidas em família, na sociedade em que vivem e em sua escola. A partir daí o professor pode desenvolver um trabalho baseado em valores e autoconhecimento dos seus limites.



### **3 APRESENTAÇÃO DOS DADOS LEVANTADOS DURANTE O PROJETO DE INTERVENÇÃO**

Os dados levantados para a execução deste trabalho resultaram através de observações em minha prática docente, conselhos de classe, reuniões pedagógicas, reunião de Conselho Escolar, reunião com os pais, e no dia a dia em conversas informais com o colegiado. Desse modo, os relatarei a seguir.

#### **3.1 Características dos problemas: indisciplina.**

- \* social como um todo;
- \* falta de padrões morais;
- \* falta de reciprocidade dos padrões morais;

#### **Esses padrões morais são transmitidos através de:**

- \* falta de diálogo;
- \* falta de limites;
- \* formação de professores;
- \* estrutura física inadequada para a realidade.

#### **3.2 Possíveis causas do problema**

As possíveis causas do problema podem ser: sociais; padrões morais; condições econômicas; vida moderna; falta de limites; escolas sem estrutura física e pedagógica para atender essa realidade; professores que não buscam formação para melhorar sua gestão em sala de aula.

#### **3.3 Consequências do problema**

As consequências mais evidentes são: indisciplina; evasão-exclusão social; repetência e mal estar docente e discente.

### **3.4 O que poderia auxiliar na solução**

Para solucionar ou amenizar este problema poderiam ser adotadas situações como: emprego; pais mais presentes; atividades em contra turno (esporte, danças, teatros etc.); escola integral para atender filhos de pais que trabalham o dia todo; professor melhor preparado para atender a realidade dos alunos com utilização de metodologia adequada; aulas criativas e que façam uso dos recursos tecnológicos dentre outros, bem como, readequar o espaço físico conforme a realidade de hoje.

### **3.5 Ações possíveis para a mudança**

A Escola como instituição de ensino, juntamente com professores, equipe pedagógica, direção e Conselho Escolar devem procurar mecanismos tais como: encaminhamento a projetos sociais, palestras, informativo via alunos e on line, reuniões periódicas com os pais da turma que apresentar problema indisciplinar, mostrar os acordos através do contrato didático ou regras de cada docente conforme sugerem os autores Aquino, Garcia, Estrela estudados e analisados no presente artigo.

## **4 RESULTADOS ESPERADOS**

As desigualdades econômicas e sociais, a crise de valores e o conflito de gerações são alguns dos fatores que podem explicar os desequilíbrios que afetam tanto a vida social, como a vida escolar e, por conseguinte, a disciplina escolar. Outra questão que se prende igualmente com a dinâmica afetiva da família é o tempo de comunicação entre pais e filhos. A falta de diálogo e de reconhecimento é, na opinião de vários autores consultados, uma das maiores causas que levam os jovens a tomarem atitudes extremas e violentas, está associada à falta de comunicação e também certa indecisão dos pais.

Explicando deste modo algumas das situações de indisciplina verificadas, diz serem efeito do aumento da heterogeneidade dos alunos, resultante da massificação do ensino, não foi acompanhado pelo

---

desenvolvimento de novas competências educacionais por parte dos professores. Assim, este fato acabou por se repercutir não só em situações de indisciplina ao nível da sala de aula, como também em perturbações da aprendizagem, já que o processo ensino-aprendizagem é inviabilizado se não houver o mínimo de ordem, ou seja, se não houver um ambiente conducente à aprendizagem.

Espera-se que a escola de fato cumpra seu papel conforme propõe a Lei de Diretrizes de Bases da Educação (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que são a preparação básica para a cidadania, para o aprendizado contínuo, o aprimoramento como pessoa, incluindo a formação ética e desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesta análise pôde-se perceber quão grande é a intensidade com que o problema de indisciplina tem sido vivenciado nas escolas. Há vários trabalhos publicados que revelam reflexões e preocupações acerca do objeto de estudo.

Assim, nos parece importante à ampliação da pesquisa sobre indisciplina, particularmente dos estudos comparativos que registrem e analisem experiências disciplinares bem sucedidas nas escolas, que venham a complementar as discussões de base mais teóricas já disponíveis na literatura especializada.

Os estudos aqui realizados contextualizam a problemática, ampliando os conhecimentos sobre o assunto de modo que os educadores saibam como lidar com as situações de indisciplina. Da mesma forma, também revelou que as escolas precisam desenvolver políticas internas para lidar, sobretudo, de forma preventiva com a indisciplina. Há também a necessidade de programas de formação de professores em serviço, voltada para a indisciplina, pois a formação acadêmica dos professores é pouca e incompleta, pois não contempla problemáticas como a que está em discussão. Sabe-se que a formação deveria instrumentalizá-los para tratar dessas questões com competência técnica e pedagógica, bem como, uma formação mais sólida no

que diz respeito à relação professor e alunos da atualidade. Esta formação deveria ser continuada nas escolas, pelo menos até que eventuais transformações no ensino universitário mudem este quadro.

Para finalizar, seria interessante pensar sobre o desafio colocado para a escola sobre as diversas formas de indisciplina. A intensidade e o caráter da indisciplina, hoje, parecem indicar com urgência as transformações institucionais que atendam as reais necessidades de inovação da escola.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. **Professor Bonzinho = aluno difícil. A questão da Indisciplina em sala de aula.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

AQUINO, J. (org). **Indisciplina na Escola: alternativas teóricas e práticas.** 4ª. ed. São Paulo: Summus, 1996.

\_\_\_\_\_. **Autoridade e autoritarismo na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 1999.

BARROS, C.S.G. **Pontos de psicologia do desenvolvimento.** São Paulo: Ática, 1995.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Ministério da Educação, Brasília: DF, 1988.**

D'ANTORA, A. (org). **Disciplina na Escola.** São Paulo: E.P.U., 1989.

\_\_\_\_\_. **Disciplina Democrática na Escola.** In: D'ANTORA, Arlete (org) **Disciplina na Escola.** São Paulo: E.P.U., 1989.

DORIN, L. **Psicologia da criança.** Rio de Janeiro: Ed. do Brasil, 1973.

ESTRELA, M. T. **Relação Pedagógica Disciplina e Indisciplina na Aula.** Portugal. Porto Editora, 1992.

FREIRE P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Política e educação.** São Paulo: Cortez, 1993.

GARCIA, J. **Indisciplina na escola: uma reflexão sobre a dimensão preventiva.** Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, nº 95 jan/abr. 1999, p. 101-108 Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista/PR/95/joe.pdf>. Acesso em 03/06/2009.

GÓMEZ, A P. **O pensamento prático do professor, a formação do professor como profissional reflexivo.** In: NOVOA, A. **Os professores e sua formação.** Lisboa, Portugal: Dom Quixote, 1992.

HURTADO, J.G. **O ensino da educação física: uma abordagem didática.** 3ª ed. Porto Alegre: Prodil, 1988.

KAPLAN, H. **Compêndio de psiquiatria: ciências comportamentais psiquiatria clínica.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília.

LEÃO, G. M. P. **Violência na escola: um desafio à gestão democrática da educação.** Cadernos do CEAS, Salvador, Centro de Estudos e Ação Social 2000, p. 51-52 em Revista Gestão em rede 2004.

Lopes, J. **Indisciplina, problema sw comportamento e problemas de aprendizagem no ensino básico.** Revista Portuguesa de Educação, (1998), 11(2), 57-81.

MADEIRA, F. R. Citado por Waiselfisz e Maciel. **Fatores internos e externos ao sistema escolar.** Em artigo à Revista Gestão em Rede, 2004, p. 10-12.

MOLINA NETO, V. N. **A prática do esporte nas escolas de 1º e 2º graus.** Porto Alegre: UFRGS, 1993.

\_\_\_\_\_. **A prática dos professores de educação física das escolas públicas de Porto Alegre.** Revista Movimento, v. 5, n. 9, p. 31-44, 1998.

OLIVEIRA, J. **BRASIL - Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** 5ª ed. Atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1995.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia.** São Paulo: Forense, 1967.

REGO, T.C.R. **A indisciplina e o processo educativo: uma análise na perspectiva Vygotskiana.** São Paulo: Vozes, 1995.

TIBA, I. **Disciplina: o limite na medida certa.** São Paulo: Editora Gente, 1996.

TONON, R. **Laços de Família.** Revista Vidas Simples, novembro de 2008, edição 72, p.22 a 27.

VASCONCELLOS, C. **Disciplina: Construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola.** São Paulo: Libertad, 1995.

YVOSTKY, L. S. **A Formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.